

GRÊMIO ESTUDANTIL, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CONSELHO DE CLASSE E ESCOLAR: INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Elizandra Maria da Silva¹
Beatriz Oliveira do Livramento²
Dáfine Kelly de Oliveira Santos³
Rosy Karine Pinheiro de Araújo⁴

RESUMO

Este trabalho refere-se a uma síntese reflexiva apresentada à disciplina Fundamentos da Gestão Educacional e Escolar, do curso de Pedagogia. Tendo como finalidade observar e acompanhar as atividades organizacionais da comunidade escolar, os caminhos e a coerência de aplicação do Projeto Político Pedagógico – PPP e seu Regimento Escolar na prática educacional, do grêmio estudantil, do projeto político pedagógico, do conselho de classe e escolar bem como a dialogicidade entre os sujeitos. Este trabalho envolve observações e entrevistas realizadas durante as observações, almejando a reflexão sobre a relação entre prática e teoria, bem como as dificuldades e desafios durante esse processo. Para enriquecer o relatório e subsidiar nossas observações recorreremos a alguns autores como Paro (2007), Sander (2007), Ferreira (2010) entre outros, além da nossa Constituição Federal e a Lei de Diretrizes Bases. Procurou-se analisar e discutir a proposta pedagógica da escola para compreender a gestão democrática participativa e a importância do PPP na melhoria do processo educativo. Quanto aos resultados obtidos, podemos afirmar que através das observações realizadas, foi possível proporcionar a nós mesmo um momento de reflexão e nos enriquecer de conhecimentos necessários para nossa formação enquanto pedagogo através da relação entre teoria e prática.

Palavras-chave: Gestão educacional e escolar. Projeto Político Pedagógico. Gestão democrática. Grêmio estudantil. Conselho de classe e escolar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho fez parte das atividades propostas pela disciplina de Fundamentos da Gestão Educacional e Escolar, cuja ementa, trata do desenvolvimento de atividades teórico-práticas junto à equipe pedagógica escolar. A sua proposta é estabelecer uma experiência de

¹ Elizandra Maria da Silva Graduada de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, elizandra.silva@gmail.com;

² Beatriz Oliveira do Livramento Graduada de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, beatrizfbp2@gmail.com;

³ Dáfine Kelly de Oliveira Santos Graduada de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, dafinekellyosm@gmail.com;

⁴ Rosy Karine Pinheiro de Araújo Graduada de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, rosykarine2@gmail.com;

observação no campo da gestão escolar como: projeto político pedagógico, colegiados escolares, gerenciamento de recursos por parte da escola, programas oficiais.

Este relato de experiência é fruto da observação e coleta de dados que foi realizada na Escola Lígia Silvestrine (nome fictício) no município de Recife objetivando conhecer sua estrutura física, gestão, organização, funcionamento administrativo e pedagógico e a relação entre a comunidade escolar e local referente à disciplina, a fim de elucidar as diferenças entre a teoria e a prática.

Decidimos pela Escola Lígia Silvestrine para a realização deste relatório, por compreender que é a escola que fizemos uma quantidade de visitas satisfatórias a princípio e por fazermos residência pedagógica nela no período de 2018.2.

O principal objetivo foi conhecer os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, considerando os princípios da gestão escolar, bem como a participação da comunidade nos processos de desenvolvimento, contribuindo, assim, com os saberes e fazeres da organização da escola.

Durante as observações e entrevistas, encontramos a necessidade de haver uma conscientização a respeito da importância do conselho de classe por entender que a comunidade é pouco participativa ao que se refere ao interior e as atividades da escola. Verificamos o contexto que a escola está inserida e observamos especificamente como a comunidade e a escola se relaciona a fim de entender o processo do conselho de classe.

METODOLOGIA

Elegemos a abordagem qualitativa, por nos permitir investigar e compreender as concepções e a prática do PPPE orientado a gestão democrática em uma instituição escolar a partir do contexto no qual foi construído.

Os instrumentos que utilizamos para a realização dessa pesquisa foram a observação, entrevistas e a pesquisa documental. As observações foram realizadas durante o semestre de 2018.2 e fizemos 10 encontros. As entrevistas foram semiestruturadas em que construímos previamente as perguntas e incluímos algumas outras no ato da entrevista sendo realizadas em dois momentos, uma na escola com a gestora e a outra com um professor da instituição nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco. Com essas entrevistas, buscamos identificar aspectos relacionados ao PPPE e a relação do gestor com os demais participantes da equipe gestora. A pesquisa documental foi realizada a partir da Carta Magna de 1988 (a Constituição Federal Brasileira); a LDB – Lei 9394/1996; as Leis Estaduais e Municipais, e o Plano Nacional de Educação (PNE), como também pela análise do PPPE para identificar as

reflexões acerca da realidade da instituição e dos fragmentos do PPPE espalhados pela escola, tais como: diversos comunicados aos pais, convite a comunidade a participar nas eleições de conselho escolar e do resultado dessas eleições, entre outros.

A instituição observada foi a Escola Municipal Lígia Silvestrine, localizada na zona Oeste da cidade do Recife no bairro de Vertentes (nome fictício), esta oferece as etapas de escolarização da Pré-Escola, Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Supletivo, em regime de turnos e ciclos. Segundo o censo escolar de 2017 a escola possui 648 alunos, sendo 592 no ensino fundamental I e 56 na modalidade EJA.

Observando o seu entorno percebemos que há diversos mercadinhos, padarias, lojas de confecções, etc, porém o acesso à escola é precário, pois só é disponibilizado uma linha de ônibus que passa pela avenida principal e que demora em média 1h. Os moradores e professores fazem muitas reclamações devido a esse fato.

Em algumas observações pudemos perceber como se caracteriza a estrutura física da escola, onde a mesma possui 16 salas de aula, 73 funcionários, sala da diretoria, sala de professores, sala de recursos multifuncionais, quadra de esportes coberta e descoberta, cozinha, biblioteca, banheiros dentro e fora do prédio, sala da secretaria, refeitório, almoxarifado, auditório e pátio coberto.

Observamos que a escola possui uma estrutura que permite a acessibilidade de pessoas com deficiências, sendo construída já nesses moldes. A escola não dispõe de escadas e o acesso ao primeiro andar se dá através de uma rampa. Assim como rampa para acesso à quadra esportiva e também do auditório.

Também dispõe de diversos equipamento, como computadores administrativos, computadores para os alunos, televisão, dvd, copiadora, impressora, aparelho de som, câmera fotográfica/filmadora. Ao que diz respeito a sua infraestrutura a escola dispõe de alimentação escolar para os alunos, água filtrada, água da rede pública, energia da rede pública, esgoto da rede pública, lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet e banda larga.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Sander (2007) a história da pesquisa e dos estudos sobre política e gestão da educação no Brasil, é longa. Os primeiros passos foram adquiridos com os portugueses durante o período colonial. Naquela época, muitos brasileiros partiam para estudar e pesquisar nos centros universitários de Portugal. Durante esse período a educação não era tida como prioridade pelos governantes e assim sendo, não existia uma preocupação com a organização de um sistema de ensino para a população.

Na década de 30 o Brasil passou por uma mudança do modelo agrário pela política de substituição de importação. Nesse período a educação era vista com o intuito de suprir a grande demanda de trabalho nas fábricas. Em 1932, 26 educadores elaboraram um documento chamado “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao Governo”, os motivos desse manifesto foram: a fragmentação e desarticulação do sistema de organização educacional do país, a falta de espírito filosófico e científico e a falta de unidade e continuidade do plano de reformas no sistema escolar.

As ações da gestão escolar têm como bases legais e conceituais a Carta Magna de 1988 (a Constituição Federal Brasileira); a LDB – Lei 9394/1996; e as Leis Estaduais e Municipais, fortalecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

No ano de 1961 houve a criação da primeira LDB (Lei nº 4024/61) e a mesma arregimentou todos os níveis de ensino.

Após o fim da ditadura militar, surge então a Constituição Federal de 1988, que institucionaliza um regime democrático e legitima uma legislação ao que se refere aos direitos fundamentais. Contudo, o governo passa a discutir sobre como obter um vínculo entre educação e mercado, como unificar as metas e objetivos para educação nacional e então surge a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996. Onde deixa claro em seu art. 9º, que a União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Diante desse longo processo de luta da educação, percebemos os avanços da sociedade e seu processo contínuo de crescimento. Atualmente a gestão democrática é o princípio que rege a Gestão Educacional e Escolar e está proposta na Constituição Federal e na LDB. Para Paro (2008), a concepção de gestão sob a perspectiva democrática visa e valoriza o desenvolvimento da instituição de forma autônoma e participativa.

Para superar as questões de desigualdade social, cultural, econômica e política no Brasil utilizamos alguns mecanismos de redemocratização. Dentre os instrumentos democratizadores da educação podemos encontrar o: Plano Nacional de Educação - PNE, Grêmios Estudantis, PPPE, Papel do Gestor na gestão escolar democrática, Conselho de Classe e Conselho Escolar.

Em 2014, o Congresso Federal sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos e dentro dessas metas, estratégias, que visam a efetivação de uma gestão democrática no ensino.

No campo das políticas de ensino, o Plano Nacional de Educação – PNE de 2014, lei nº 13.005 traz a meta 19 que tem como objetivo – “assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos,

para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”.

Concordando com as ideias, Fonseca e Oliveira (2009) corroboram que,

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) dispõem sobre a gestão democrática, incentivando a corresponsabilidade dos diferentes níveis administrativos (União, estados e municípios) e a colaboração entre fóruns nacionais e locais de planejamento, bem como conselhos de educação, em seus diferentes níveis (p. 242).

No ano de 1985 o então Presidente da República José Sarney sanciona a Lei 7.398, de 04 de novembro de 1985 que oficializa a organização de entidades de representação de estudantes como autônomas, dentre elas o Grêmio Estudantil. Da mesma forma o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no artigo 53º, estabelece que: a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando lhes, no inciso IV: o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis.

O Grêmio Estudantil é uma instância colegiada e sem fins lucrativos que representa como órgão máximo os interesses dos estudantes na efetivação da gestão democrática. Nesta instância há uma participação legítima dos estudantes, colaborando efetivamente para a melhora da qualidade da escola, para (PARO, 2007) esse aprendizado é importante para a participação ativa na organização da comunidade, legitimando direitos já existentes e lutando pela criação de novos direitos. É um espaço que promove debates, deliberações e encaminhamentos de assuntos de interesse dos estudantes.

O grêmio estudantil não é instrumento de luta contra a direção da escola, mas uma organização onde se cultiva o interesse dos estudantes, onde eles têm possibilidade de democratizar decisões e formar o sentimento de responsabilidade. Eles aprendem a resolver seus problemas entre si, o que evita intromissões em suas vidas (VEIGA, 2007, p. 123).

A organização é feita por cada instituição de ensino, tendo que formular o estatuto que é aprovado em assembleia geral do corpo discente de cada instituição de ensino e que irá conter as normas, diretrizes e princípios que irá reger o funcionamento do grêmio.

O papel do gestor no processo de gestão democrática é de criar situações de melhoria e de garantia do direito à educação. Ter uma boa e contínua formação, ter comprometimento com a instituição, ouvir sugestões e ideias, respeitar os outros segmentos da escola, articular e

integrar os diversos segmentos e ser transparente nas decisões tomadas, para que possa promover um trabalho coletivo e motivador.

Com a promulgação da constituinte de 1988 e a aprovação da Lei de Nº 9394/96 a educação passa por um período de grandes avanços. Passou a ser entendida como universal e a ser efetivada a partir de políticas para o seu acesso e permanência. Como um dos instrumentos para essa efetivação nasce o Projeto Político Pedagógico sendo constituído como um instrumento de Gestão Democrática e de organização da escola de forma a resolver os conflitos existentes.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) faz parte da pauta de atribuições do professor. Ele deve ser elaborado de forma conjunta com a gestão da escola, os professores, os funcionários e a comunidade interna e externa para que ele possa cumprir o princípio da participação. Atualmente a ideia do PPPE se estendeu de instrumento apenas teórico, para um campo de aproximação entre o pensar e a prática.

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-pedagógico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2004, p. 169).

A elaboração do PPPE se inicia com a reflexão sobre a prática escolar, tendo a criticidade como ponto chave, para a realização de boas opções de escolha. Segundo (SANTIAGO, 2009) a construção do PPPE pode ser desenvolvido a partir de quatro fases: A análise da realidade ou análise da situação escolar (etapa inicial que consiste na realização da reflexão, coletando dados para organização e dinâmica da escola como um todo, com um olhar especial para a realidade buscando entender seus conflitos, resultados e impacto na sociedade), A discussão da situação escolar, tomada de decisão e definição de prioridades e metas para o trabalho escolar (trabalho minucioso com o intuito de sistematizar os dados obtidos, para entender o que se quer instituir na escola para a aproximação entre o direito à educação e sua efetivação), A efetivação-vivência das decisões tomadas para o funcionamento da escola (fase em que se concretiza as ideias tomadas pelo coletivo para a afirmação ou negação do direito à educação) e por último a fase de Acompanhamento e avaliação das decisões e práticas (mesmo estando como quarta fase a avaliação percorre por todos os outros momentos, mas com funções

e instrumentos diferenciados). Assim entendemos que o PPPE é a identidade da escola, tornando cada escola própria.

A ideia de conselho de classe nasceu na França, a sua vinda ao Brasil se deu de forma voluntária, mas logo depois tornou-se determinado a partir de portarias e deliberações. É um órgão colegiado que reúne os professores, coordenadores pedagógicos e gestores para refletir sobre o desempenho da escola, das turmas e dos alunos a partir dos resultados alcançados, e tem como intuito promover resoluções para a melhoria dos possíveis conflitos.

Assim, o conselho de classe: É o momento de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógica – educativa feito pelos professores e alunos (em momentos distintos, às vezes) à luz do Marco Operativo da Escola. (CRUZ, 1995, p. 117).

Por ser um órgão deliberativo, Dalben (2004) afirma que deve se ter algumas preocupações como:

É órgão deliberativo sobre: a) objetivos de ensino a serem alcançados; b) uso de metodologias e estratégias de ensino; c) critérios de seleção de conteúdos curriculares; d) projetos coletivos de ensino e atividades; e) formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para o conhecimento do aluno; f) formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nos ciclos; g) critérios para apreciação dos alunos ao final dos ciclos; h) elaboração de fichas de registro do desempenho do aluno para o acompanhamento no decorrer dos ciclos e para informação aos pais; i) formas de relacionamento com a família; j) propostas curriculares alternativas para os alunos com dificuldades específicas; l) adaptações curriculares para alunos portadores de necessidades educacionais especiais; m) propostas de organização dos estudos complementares. (DALBEN, 2004, p. 33)

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, Conforme o Estatuto:

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED. (PARANÁ, 2005, p.09)

A sua natureza deliberativa determina decisões sobre assuntos políticos-pedagógicos, administrativos e financeiros da escola, aprovação de encaminhamentos de problemas, apresentação de alternativas para soluções dos conflitos, para garantir o bom funcionamento da escola. A natureza consultiva examina as pautas enviadas pelos diversos segmentos e decide como e com o que será realizado. O Conselho Escolar avalia e fiscaliza o cumprimento do PPP.

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do Conselho da Escola nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar. (PARO, 1995, p.154)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Escola Municipal Lígia Silvestrine buscamos esclarecer sobre a presença do: Grêmios Estudantil, PPPE, Papel do Gestor na gestão escolar democrática, Conselho de Classe e Conselho Escolar.

1 - Grêmios Estudantil

Em entrevista com a gestora da escola, foi dito que “isso foi uma coisa que nunca mais a gente ouviu falar, num foi? *[sic]*. Ela alega que por ser uma escola de pré-escola e fundamental I não tem como se formar um grêmios, porque os alunos são muito novos. Também fala que durante os 15 anos que trabalha na rede de Recife, nunca ouviu falar sobre grêmios. Com este trecho da fala da gestora percebemos uma realidade preocupante que vem acontecendo nos últimos anos que é a diminuição dos grêmios estudantis, percebemos que a falta de conscientização sobre a importância dos grêmios na luta para o fortalecimento dos direitos da educação e a falta de articulação entre os estudantes são alguns dos motivos para essa redução.

2 - Projeto Político Pedagógico Escolar

O PPPE da escola Lígia Silvestrine foi elaborado na gestão anterior e passado para a gestão atual (a gestora explica que a rede não disponibiliza de tempo para que os segmentos realizem a formulação do PPPE), entretanto tivemos dificuldade ao acesso do seu documento escrito e ficamos bastante surpresos com o pequeno quantitativo de páginas que possui.

Em suas sete páginas são contemplados: Os princípios e valores da escola com a comunidade escolar, descreve de forma sucinta um pouco da trajetória da educação e toda a luta que ocorreu para que ela de fato fosse tida como um direito do cidadão (homens, mulheres, crianças, negros, pobres) e as normas da gestão, docentes e alunos. Foram incluídos nessa nova gestão os projetos efetivos da escola, como o Galinho do Diná que é o bloco carnavalesco, onde anualmente saem com as crianças pelo entorno da escola, a caminhada do forró que leva um pouco da música regional para a comunidade, o Show de talentos, a formatura dos alunos do 5º ano.

A formação dos professores é em Pedagogia e alguns têm a formação complementar em Licenciatura diversa. Sobre a formação continuada dos professores, a gestora afirma que eles têm o direito de participar mensalmente das formações ofertadas no Centro de Formação Paulo Freire.

Ao questionarmos sobre a linha pedagógica que a escola segue, a gestora afirma que é a mesma da rede, se baseando em livro disponibilizado pela rede e geralmente tem a visão interacionista.

Os livros didáticos utilizados pela escola são enviados pelo MEC e quem escolhem esses livros são as gestoras e os professores. Esse ano aconteceu a escolha de qual livro iria ser utilizado, essa escolha se dá de quatro em quatro anos. Agora também é feita a escolha do livro literário que antes não existia, a partir da criação do projeto ProLer (Projeto de Letramento do Recife). A gestora afirma que os professores têm liberdade para escolher se vai querer utilizar apenas o livro didático ou se vão trazer atividades diferenciadas.

A escola dispõe de projetos de acordo com a política da rede. Este ano foi o “Ler para sonhar, escrever para criar”, mas ao longo do ano os professores organizam projetos extras que encaixam em seus planejamentos pessoais que de acordo com o professor George Santana utilizam o momento de suas aulas atividades para programar, como trabalhar a música na sala de aula. A escola também tem show de talentos e um outro projeto/evento que ocorreu em alusão ao dia das crianças onde a escola recebeu brinquedos como pula-pula para as crianças e que ficou na escola também durante a noite para os alunos da EJA.

Identificamos a atuação e envolvimento do professor George Santana (nome fictício) nessas atividades, pois a escola Lígia Silvestrine tem um hino que foi composto pelo mesmo, onde escolheu um ritmo presente na cultura pernambucana, o maracatu e a letra tem uma proximidade da comunidade, pois como ele mesmo diz “acha muito importante trazer as características da comunidade para dentro da escola” *[sic]*.

A atuação do referido professor se estende para além da sala de aula, como por exemplo na execução, ensaios, coreografias e organização do projeto Rima África em que alunos dos 4º anos se juntaram para apresentar, que é uma mistura da releitura do maculelê junto a capoeira, do projeto PROLER – Projeto de Letramento da prefeitura do Recife, evento realizado em alusão ao dia da consciência negra. É notório toda a dedicação e empenho do mesmo no desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos, a didática que é utilizada e o entusiasmo que envolve a todos.

Fazendo uma leitura crítica do PPP, consideramos que a atitude de “reutilizar” o PPP da gestão anterior é desfavorável e de pouca participação dos atuais segmentos da escola. E que

a decisão de estruturar uma nova versão do PPPE, seria interessante para a nova conjuntura da atual gestão e comunidade escolar e demais segmentos envolvidos no contexto da escola em questão.

Embora o documento físico não mencione, identificamos nas nossas observações, fragmentos do PPPE em ação, e que estes poderiam constar nos escritos, como o tratamento para com os alunos com que apresentam algum tipo de deficiência, e recebem no contra turno atendimento na sala de recursos multifuncionais.

Um ponto que nos chamou atenção foi a limpeza e organização da estrutura da escola, a gestora afirma que todos os dias a escola é limpa por 6 funcionários de uma empresa terceirizada. Os funcionários realizam reunião junto a gestora 3 vezes ao ano para discutir suas pautas e as suas funções do dia são organizadas por uma tabela previamente organizada. Ela relata que trabalha com a conscientização dos funcionários para um trabalho em equipe e de que se faltar algum colega para não ficar sem realizar a atividade dele do dia, os outros vão e realizam para contribuir para a melhoria da escola. Também é feito um trabalho com os alunos no início do ano, o contrato didático e a produção de cartazes, jogral, teatro para apresentar e conscientizar os colegas da escola. A escola dispõe de lixeiras para coleta seletiva, porém mesmo com um trabalho sobre o lixo, os alunos não a praticam.

Outra ação que fora por nós verificada, foram os trabalhos desenvolvidos no EJA estão também expostos nos murais da escola, assim como também fora realizada uma festa comemorando o dia das crianças para essa modalidade, logo vimos que a devida importância é dada para com as atividades e existe equidade quanto as atividades ocorridas para todas as modalidades ofertadas na escola.

3 - Papel do Gestor na Gestão Escolar Democrática

A gestora da escola observada define o que o papel da sua gestão é gerir desde a parte pedagógica (que é o maior foco), até a parte administrativa (organização dos funcionários, da estrutura da escola). A gestão é composta pela gestora e vice gestora, mas as tomadas de decisões são realizadas a partir de reuniões com os professores, funcionários, de forma a incluir a efetiva participação dos diversos segmentos.

A forma em que mais abrange a gestão democrática é a eleição direta para gestor, através do voto direto de toda a comunidade escolar. É o meio que favorece o maior compromisso por parte do gestor e a exigência por todos. Na escola Lígia Silvestrine a eleição para gestor está sendo a partir da indicação do conselho escolar e seus segmentos.

4 - Conselho de Classe

A escola em estudo possui o conselho, e o mesmo é organizado pelo calendário proposto pela Prefeitura do Recife e é realizado bimestralmente. Tem como objetivo definir como está o andamento das aprendizagens dos alunos, o comportamento.

5 - Conselho Escolar

Por entender que a construção do PPPE deste ano não foi realizada pela atual conjuntura da instituição e por apresentar um PPPE desatualizado, buscamos identificar como funciona o conselho escolar e quais as suas funções dentro da escola.

Na escola Lígia Silvestrine os integrantes são eleitos a partir de votação da comunidade escolar bianualmente. Se reúnem bimestralmente e são organizados pelo calendário proposto no início do ano. Ele segue uma ata nas reuniões, porém não tivemos acesso a mesma, identificamos que são levadas as sugestões, projetos e ações para ser realizado na escola, assegurando a qualidade do ensino e a efetivação da gestão democrática da escola. A diretora afirma que o conselho escolar está junto com a gestão, com o objetivo de deliberar ações para a escola.

Entre o nosso período de observação, aconteceu a votação para eleger os representantes do conselho escolar, são selecionados através de votação alguns professores para fazer a contagem dos votos e nessa votação houveram 222. O conselho é formado pelos seguintes segmentos: pais, comunidade, alunos, professores, funcionários. O resultado das eleições é exposto em cartaz no pátio da escola um dia após a votação.

A última reunião do ano em vigor do conselho escolar será realizada no dia 19 de dezembro, em conversa com a professora em sala de aula, foi sabido que as pautas discutidas serão: o desempenho dos alunos ao longo do ano, os alunos com mau comportamento e os alunos que os professores levarem como possíveis candidatos a reprovação. Isso será discutido em conjunto e definido formalmente. A professora que conversamos nos mostrou bastante insatisfeita com as decisões sobre a não reprovação dos alunos, ela relata que tem conhecimento sobre o aprendizado do aluno que acompanha ao longo do ano e identifica os que não estão aptos a ser aprovados, e que mesmo assim o conselho aprova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos a presença dos instrumentos democratizadores na escola, que é um indicativo do caráter da gestão democrática, ainda que nem todos os instrumentos estejam com o funcionamento ideal, tem-se a tentativa de articular o campo teórico à prática

Quanto aos instrumentos democratizadores que elegemos para este estudo, o grêmio estudantil, encontra-se em desuso nessa instituição. Esta é uma realidade comum, constatada durante as nossas experiências escolares enquanto estudantes do ensino básico.

O reutilização do PPPE, é um ato que fragiliza a instituição, pois sua identidade anterior não é mais condizente com realidade. Sua atualização com as ações que estão em voga no cotidiano da escola, revigoraria este documento com a postura que a instituição está adotando. O conselho de classe é padronizado pela rede e assim é executado conforme suas regularidades determinadas.

Percebemos que a organização do conselho escolar na escola Lígia Silvestrine ainda está bastante limitada. O segmento de pais é desarticulado devido a existência de atritos entre eles e a não existência de um sindicato dos pais, por isso não há um peso de participantes de todos os pais, apenas uma parcela. O desconhecimento da real função do conselho, falta de tempo específico para a função, falta de incentivo aos conselheiros por parte da direção e a falta de articular encontros em horários que possibilitem a presença dos membros do conselho são fatores que explicam a não participação dos segmentos.

Diante de tudo o que estudamos durante o semestre em que cursamos a disciplina e associando a teoria à prática, compreendemos que a escola Lígia Silvestrine deixa transparecer o esforço para cumprir e aplicar a política de administração democrática e participativa no contexto escolar. E ainda tenta articular uma relação com a comunidade escolar e local com uma boa divisão de trabalho e suas respectivas funções.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.938, de 04 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm>. Acesso em: 10/12/2018.

BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1996. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação**: ressignificando conceitos e possibilidades. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira de - **A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras**, RBPAAE – v.25, n.2, p. 233-246, mai. /ago. 2009

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade de Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016

SANDER, Benno. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n.3, p. 421-447, 2007

MACHADO, Laêda Bezerra; SANTIAGO, Eliete. Políticas e gestão da Educação Básica. In: _____. **O Projeto Político Pedagógico Da Escola Como Instrumento De Gestão Democrática**. Recife: Universitária da UFPE, 2009. Cap. 6, p. 95-108.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.